



0,70€

www.nsemanário.pt

geral@nsemanário.pt
t. 960 397 714

Quinta-feira, 27 de abril de 2023
Jornal N Semanário - Esposende e Barcelos
Ano XII - Edição N.º 14/2023 | 504 |
Diretor: Jorge Ferreira

JORNAL SEMANÁRIO NOTÍCIAS ESPOSENDE BARCELOS

/Opinião



Benjamim Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Esposende



Mário Constantino Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Barcelos



Albino Almeida
Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais



José Paulo Areia de Carvalho
CDS/PP de Esposende



Miguel Martins
Deputado Municipal do Bloco de Esquerda em Barcelos



Comissão Concelhia de Esposende do PCP



Manuel Mota
Deputado Municipal em Barcelos e ex-Deputado na Assembleia da República pelo PS



Mário Fernandes
Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos



Armindo Vilas Boas
Presidente da Junta de Freguesia de Carapeços e Membro do PS Barcelos



Luís Peixoto
Vereador Independente na Câmara Municipal de Esposende



Nuno Reis
Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos



Paula Cepa
Diretora do Agrupamento de Escolas António Rodrigues Sampaio - Esposende



Maria José Fernandes
Presidente do IPCA



António Maranhão Peixoto
Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal ESPOSENDE 2000



José Araújo Silva
Presidente da Casa do Povo de Alvito - Barcelos



Laurentino Regado



Manuel Enes Abreu

Museu do Sargaço em Apúlia já é uma realidade

pag. 11

a inauguração do Museu do Sargaço, um novo equipamento cultural que resulta da requalificação das antigas instalações da Escola Primária de Areia.

Jovens deputados barcelenses discutiram projetos sobre património

pag. 05

Três alunas de Esposende e duas alunas de Barcelos vão disputar Fase Final do Concurso Nacional de Leitura

pag. 09

Encontro Luso-galaico de BTT afirma-se no calendário desportivo de Esposende

pag. 13

19º Prémio ACR Roriz abrilhantou a freguesia

pag. 15

pub.

CA
Crédito Agrícola
O Banco nacional com pronúncia local

Póvoa de Varzim,
Vila do Conde e
Esposende

/Opinião



Celebramos os 49 anos da Revolução de 25 de ABRIL de 1974 com a programação “VIVER ABRIL”. Neste Dia da Liberdade que marca o início da vida democrática em Portugal, destacamos a abertura que o Município de Esposende privilegia, no acesso à informação e a bens fundamentais como são os da Educação e da Cultura.

O Poder Local é, no meu entender, a maior vitória do 25 de Abril. A proximidade do exercício da gestão autárquica que, com a população, constroem uma sociedade mais justa e participativa.

Por isso, entendo que a participação da população nas diversas iniciativas de exercício de cidadania, nomeadamente nas sessões de Assembleia Municipal e de Freguesia, assim como nos referendos e auscultações, são verdadeiros atos de exercício do poder que o 25 de Abril proporcionou ao povo.

Em tempos de mudança em que alguns procuram substituir o debate político frontal por palavras fáceis vertidas para um qualquer perfil falso das redes sociais, importa chamar ao terreno todos quantos verdadeiramente se interessam com o bem estar comum.

Subitamente, faz-se tábua rasa dos conhecimentos e experiência que o espírito humano adquiriu.

Por isso, a mensagem deste dia tem de ser de apelo à participação cívica.

A liberdade é o nosso tesouro mais precioso, por isso, mais que nunca, impõe-se ensinar para a integração, para o humanismo e para a aceitação da diferença.

Para que certos discursos radicais de fácil interiorização não colham aceitação junto dos mais desprevenidos, impõe-se uma explicação clara sobre os dias cinzentos da ditadura. Hoje, mais do que nunca, impõe-se educar e trazer a História para a atualidade, para que não se cometam os mesmos erros que mergulharam Portugal numa penúmbra sem esperança.

É por isso errado apagar, ou tentar apagar, a história, por muito negra que ela seja, devendo-se, sim, aprender com ela.

Exemplo de profundo empenho do Município no aprofundamen-

to dos valores da liberdade é o patrocínio do Prémio Rodrigues Sampaio. Instituído pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, este prémio pretende distinguir personalidades que, pelo seu trabalho nas áreas da cultura e da comunicação social, contribuam para uma sociedade mais inclusiva e mais crítica.

Este ano foi distinguido António Borges Coelho, personalidade ímpar da cultura e da cidadania que, mesmo nos tempos da dura repressão fascista, jamais traiu a luta por um Portugal livre. Preso, perseguido, ou forçado a mergulhar na clandestinidade, sempre encontrou tempo para a bondade e para avivar a voz dos silenciados.

Ao apostar na Cultura e na Educação, o Município de Esposende cumpre o mais importante dos seus objetivos: proporcionar condições de igualdade para que todos os cidadãos possam desenvolver as suas capacidades.

Democratizamos, na verdadeira aceção da palavra, o saber. Promovemos, regularmente, eventos culturais que educam, desde tenra idade, para valores democráticos, com liberdade, mas com a inerente responsabilidade.

A Liberdade é um valor que temos de interiorizar e aprender a aplicar, respeitando o outro.

A Liberdade e a Democracia, são projetos em permanente construção.

Viva o 25 de abril de 1974.

Benjamim Pereira

Presidente da Câmara Municipal de Esposende



Município de Esposende apresenta “resultados de excelência na Gestão e Prestação de Contas de 2022”

O Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende foi aprovado, em reunião do executivo na passada sexta-feira, 21 de abril, e será apresentado à apreciação e votação da Assembleia Municipal, esta sexta-feira, dia 28.

Redação
redacao@nsemanario.pt

A execução do Plano Plurianual de Investimentos fixou-se em 5.577.982,24 euros e o resultado líquido do exercício cifrou-se em 577.190,49 euros. O Município transitou de ano com um saldo de gerência total de cerca de 8 milhões de euros, que acresce ao valor do orçamento previsto para 2023, perfazendo o montante de, aproximadamente, 45 milhões de euros.

No que se refere à execução do orçamento da receita, há a registar um acréscimo de mais 3,44% face a 2021, tendo atingido 93,76%. Quanto à execução da despesa, fixou-se nos 73,49% verificando-se, contudo, um ligeiro aumento de 0,95%. Em termos de capacidade de endividamento, o Município terminou o ano com uma margem positiva de cerca 22,3 milhões de euros da dívida total, mais 1,8 milhões de euros do que em 2021.

Na análise ao documento, o Presidente da Câmara Municipal, Benjamim Pereira, referiu que “a apresentação de contas reflete a conjuntura imprevisível que se vive e que não estava prevista aquando da elaboração do Plano de Investimentos para 2022, reflexo da guerra e da inflação, que teve impacto na revisão de preços das empreitadas, no aumento dos combustíveis

e energia, aumento dos salários, aumento dos preços dos materiais de construção, refletindo-se também nas atividades municipais, no que toca, à realização de eventos, por exemplo”.

Benjamim Pereira nota que “a conjuntura vivida nos últimos anos continua a ditar a adoção de medidas excecionais, no reforço do apoio às famílias, às empresas, às Juntas de Freguesia e demais Instituições do concelho, assegurando todas as respostas às suas necessidades e mantendo os padrões de exigência dos serviços disponibilizados à população”. Neste contexto, o Município “vê-se obrigado a um esforço financeiro suplementar”, garantindo, ainda assim, a “sustentabilidade financeira para a concretização dos projetos enquadrados no plano de investimento para o território”.

O autarca destaca que “apesar de todos os constrangimentos, alguns dos quais assumiram proporções impossíveis de prever à data da elaboração do orçamento para 2022, foi possível materializar um relevante conjunto de intervenções, projetos e ações que muito nos orgulham e que encontram acolhimento na comunidade”. Em jeito de retrospectiva, refere que esta dinâmica se traduz em mais de vinte obras inauguradas, entre as quais a requalificação do Portinho de Apúlia, do Porto de Pesca de Esposende e da Escola Básica do Facho - Apúlia, a remoção do amianto das



escolas básicas, as obras de requalificação na Escola Secundária Henrique Medina, a instalação dos museus do junco e do sargaço, a requalificação do Campo dos Sargaços de Apúlia, a reabilitação urbana com o melhoramento do espaço público e o forte incentivo à recuperação do edificado privado, o Canal Intercetor de Esposende, o melhoramento do parque escolar, a implantação da nova rede de transportes públicos, a requalificação do pavilhão gimnodesportivo de Mar, a aquisição dos terrenos para a construção do Parque da Cidade e o arranque definitivo do projeto, a disseminação da arte urbana por todo o concelho e a abertura do Arquivo Municipal.

Benjamim Pereira lembra, ainda, que o Município continua a garantir a atribuição de apoios, isenções e benefícios fiscais, manutenção

dos impostos municipais no mais baixo patamar, distribuição de equipamentos e meios, proporcionando ajuda aos setores empresarial, social e familiar.

Não obstante a conjuntura, o Município tem “assegurado uma gestão rigorosa e responsável, garantindo, assim, os meios financeiros exigíveis para cumprir com os encargos assumidos”, nomeadamente o cumprimento dos compromissos assumidos com a população e com fornecedores. “2023 será um ano de intensa execução financeira, por via de um conjunto de projetos já em execução ou em vias de concretização, desde a instalação do ensino superior no concelho às obras de requalificação do Mercado Municipal e do Largo Rodrigues Sampaio, entre várias outras intervenções”, remata Benjamim Pereira.

/Opinião



Passadas quase cinco décadas após a madrugada libertadora do 25 de Abril que libertou o povo português de um regime totalitário, repressor e opressor, continua a ser um imperativo nacional saudar todos os que contribuíram para a Revolução dos Cravos: os capitães de Abril e todos os homens e mulheres que, na ditadura, contribuíam para que Abril pudesse emergir naquela alvorada que abriu as portas da democracia ao povo português.

Num tempo em que cerca de metade dos portugueses já nasceu em Liberdade, é cada vez mais importante sublinhar a importância desta data, no sentido de que todos tenham a noção de que se hoje podemos dar vivas à Liberdade, tempos houve em que isso era impossível e levava à perseguição, à prisão e à tortura!

No decorrer deste quase meio século da vida política, social e económica, muitas foram as realizações e transformações que vivemos: Portugal descolonizou; o regime político democrático consolidou-se, e o país, apesar de muitas contrariedades e crises, desenvolveu-se, tornou-se mais moderno e dotado de melhores equipamentos e infraestruturas.

Paralelamente, nas conquistas sociais, devemos enaltecer as liberdades de imprensa, de opinião, de reunião, de associação, de expressão, e o direito à liberdade sindical e à greve.

À luz de quem hoje é jovem ou tem menos de 40 anos, todas essas conquistas podem parecer fáceis e naturais; todavia, todas elas foram sendo reivindicadas e só alcançadas com a luta do povo, tanto em eleições livres como também pela ação cívica de movimentos populares.

Mas falar e recordar Abril, é também assinalar fim da Guerra Colonial que, infelizmente, ceifou vidas a muitos jovens portugueses das décadas de 1960 até 1974. Guerra que os portugueses e os movimentos de libertação deixaram para trás em África, mas que lamentavelmente, em finais do primeiro quartel do século XXI, volta a assolar a Europa.

E, no que respeita a essa guerra, o mundo democrático não pode ter dúvidas nem contemplações sobre quem é o agressor - a Rússia invadiu e agride a Ucrânia, pelo que, todos os democratas e humanistas têm a obrigação de levantar a voz contra essa invasão e mostrar que estamos unidos na defesa dos valores da liberdade e da democracia.

No que respeita ao nosso país, é bem verdade que atravessamos uma fase muito difícil da nossa vida social e económica. Depois da pandemia, vivemos agora sob o pesadelo de um movimento inflacionista forte e de uma alta taxa de juros que afeta milhares e milhares de portugueses, sobretudo os que têm empréstimos para aquisição de habitação própria.

Nesse sentido, Governo e Autarquias devem estar sensíveis a ajudar os

mais vulneráveis, sendo que, essa vulnerabilidade atinge já fortemente as ditas classes médias. Todas as ajudas são importantes, mas importaria, e isso mesmo é defendido por reputados especialistas, equacionar uma redução substancial da carga fiscal sobre os rendimentos, sobretudo sobre os rendimentos do trabalho.

Em Barcelos, estando atentos ao problema, aprovamos uma alteração ao regulamento de apoio ao arrendamento, possibilitando que mais famílias carenciadas possam candidatar-se a esse programa. Entretanto, já o ano passado tínhamos triplicado os apoios às famílias muito carenciadas para a compra de medicamentos.

Já este ano, implementamos o cheque bebé feliz, para ajudar as mães nas despesas extras que a chegada de um filho sempre acarreta.

Noutros domínios, baixamos drasticamente o valor dos Passes Sociais de transporte e aumentamos a número de autocarros dos transportes públicos, facilitando a mobilidade das pessoas.

Todos sabem que o atual Executivo Municipal estabeleceu objetivos ambiciosos para o atual mandato. Ora, em ano e meio de governação já podemos dizer que conseguimos concretizar algumas das nossas metas. Vou apenas enumerar dois ou três exemplos: acabamos com o grave problema da condenação judicial de mais de 200 milhões de euros, conseguindo um acordo histórico com as Águas de Barcelos; desbravamos caminho e colocamos o processo de construção do Novo Hospital de Barcelos na agenda dos municípios de Barcelos e Esposende, da Assembleia da República e do Governo; validamos a supressão das passagens de nível com a IP – Infraestruturas de Portugal e finalmente estamos prestes a lançar o concurso público Internacional da obra do fecho da circular urbana.

Muito haverá para fazer, ainda. Sempre haverá. Mas é com trabalho que se desenvolve o concelho e se cumpre o espírito de Abril.

Mário Constantino Lopes

Presidente da Câmara Municipal de Barcelos



/Opinião

O 25 de Abril é de todos!



José Paulo Areia de Carvalho

CDS/PP de Esposende

Celebramos uma data que ficará para sempre na história do nosso País, por estar associada ao final de um regime de cariz ditatorial e por ter criado as condições para que Portugal pudesse ter evoluído para uma democracia de tipo ocidental.

Esta data é de todos, pese embora continuemos a assistir a alguns partidos de esquerda que pretendem apropriar-se ilegitimamente dela, como se o 25 de Abril de 1974 tivesse pertencido mais a uns do que a outros.

A revolução realizada naquele dia deu largas aos anseios de liberdade e de democracia da população portuguesa. E isto é tanto assim que, em poucos anos, Portugal transformou-se numa democracia sólida e a funcionar perfeitamente. Dois ou três anos depois o regresso ao passado já não era uma hipótese. Tudo isto só foi possível porque a passagem de ditadura para democracia se fez com adesão total da população, que rapidamente aprendeu a viver em democracia.

Por isso me revoltam estas apropriações que alguns partidos decadentes de esquerda continuam a querer fazer do 25 de Abril, transformando em luta de facção aquilo que foi uma conquista de todos.

Aliás, cabe aqui recordar que o 25 de Abril de 1974 pôs fim a um regime autoritário, mas a verdadeira democracia – democracia livre, autêntica, sustentada em partidos políticos – apenas foi alcançada em 25 de Novembro de 1975.

Gosto de festejar o 25 de Abril de 1974, mas, nesta data festiva, nunca me esqueço de recordar a necessidade que tivemos do 25 de Novembro de 1975. Devemos a um grupo de militares corajosos, esclarecidos e verdadeiramente democratas e amigos do povo, que afastaram as correntes vanguardistas que, sentindo-se – como hoje – os donos da revolução, pretendiam transformar Portugal numa democracia de fachada, de pendor centralista soviético.

Mas o povo, mais uma vez, resistiu e mostrou que aquilo que queria era mesmo uma democracia! Obrigado a todos aqueles que, corajosamente, em 25 de novembro de 1975 tornaram irreversível a democracia que começou de forma ténue em 25 de Abril de 1974.

A liberdade, individual e coletiva é muito importante, é inerente à dignidade da pessoa humana. Mas será que isto nos basta?

Julgo que não. Portugal tem inumeráveis desafios pela frente.

Hoje em dia assistimos a uma despudorada apropriação do aparelho de Estado pela máquina do partido que nos governa; uma pornográfica mistura de interesses entre partido, governo, serviços do Estado e empresas públicas. Famílias inteiras que vivem à custa deste jogo de interesses. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

/Opinião

Em Abril, lutas mil!



Miguel Martins

Deputado Municipal do Bloco de Esquerda em Barcelos

Assinalamos, este ano, 49 anos de 25 de Abril. No ano passado, os anos em democracia ultrapassaram os 48 anos de ditadura fascista. Em 2024, serão já 50 anos da Revolução que nos trouxe a liberdade.

A 25 de Abril de 1974, Portugal e o povo português revoltaram-se e libertaram-se das amarras do fascismo. Foi a vitória da liberdade, da democracia e da solidariedade sobre a opressão, a censura, o terror e a ditadura. A Revolução de Abril foi, é e será sempre um dos marcos mais importantes da nossa História enquanto povo, e país, enquanto momento da libertação do povo contra um regime que durante 48 anos o silenciou.

No entanto, nenhum direito ou liberdade alcançados deve ser tomado como garantido. Devemos celebrar o 25 de Abril, não podendo deixar de assinalar esta data com preocupação. Além da ameaça do regresso do fascismo, com a ascensão da extrema-direita, temos visto, desde a primeira hora, um ataque às conquistas de Abril que, ao longo dos anos, se intensificou. Os inimigos da Revolução não foram derrotados com a queda do regime fascista. Pelo contrário, adaptaram-se, tal como o próprio sistema capitalista: a lógica de proteção dos lucros de poucos em prejuízo de todo um povo mantém-se.

Ao longo dos anos, devido às escolhas políticas dos partidos do "arco-de-governança", o modelo neoliberal foi-se enraizando e as conquistas de Abril transformaram-se em miragens distantes para a maior parte de nós. Perante as desigualdades e injustiças presentes na nossa sociedade, resultado direto das contradições do sistema capitalista e do falhanço do neoliberalismo, o povo português sofre: os rendimentos são cortados, os preços da habitação, bens essenciais, luz e água aumentam, os direitos e liberdades são oprimidos, e as suas condições laborais pioram. Em nome da contenção económica e de metas financeiras, as e os portugueses têm vindo a ser prejudicados pelos sucessivos Governos.

Simultaneamente, o legado de Abril está sob ataque. Veja-se o desmantelamento dos mecanismos do Estado Social e dos serviços públicos como os conhecemos, por parte do Partido Socialista e da direita. O Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, a Segurança Social, entre outras conquistas alcançadas com o 25 de Abril, são alvo de constantes ataques. O objetivo? Aprofundar, ainda mais, as políticas neoliberais que corroem o país, garantindo a proteção do lucro dos grandes grupos económicos.

Assinalar o 25 de Abril é um momento de comemoração e de festa, de sair à rua e celebrar a liberdade. No entanto, é também um momento de luta. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

XII Aniversário do Núcleo dos Antigos Combatentes de Mar, em Esposende

A eleição dos corpos sociais do Núcleo dos Antigos Combatentes de Mar, a deposição de flores no Memorial e no Cemitério, uma Eucaristia e um almoço convívio marcaram o XII aniversário da associação.

Sampaio Azevedo

O XII aniversário do Núcleo dos Antigos Combatentes de Mar, em Esposende, decorreu no domingo, com um programa em que se destacou a eleição dos corpos sociais, pela primeira vez. Só antigos combatentes podem fazer parte dos corpos sociais. Jorge Costa é agora o Presidente.

O vereador da Câmara Municipal de Esposende, Guilherme Emílio, agradeceu ao Núcleo o trabalho de “manter viva esta tradição de perpetuar os laços do passado, pois é uma forma de proteger os valores democráticos para que as novas gerações possam ter a vida que hoje têm”. Por outro lado, “há que perpetuar a memória do que fizeram pelo país. Por isso, urge que todos tenham uma palavra de grande gratidão, pois Esposende e o país deve-lhes muito”.

Em nome do Núcleo, Fernando Cepa referiu que “esta é uma homenagem a todos os que combateram em África ao serviço da Pátria. É uma cerimónia com particular significado pois lembramos os nossos amigos que representaram a nossa freguesia. É com grande orgulho e emoção que lembramos estes nossos amigos.”

No Cemitério foi colocada nova coroa de flores no memorial em homenagem aos dois mortos em combate, José Lima (Moçambique) e Gastão Lima (Angola), como homenagem a todos os antigos combatentes falecidos.

O mais velho do grupo, José Manu-



el Martins, colocou a coroa no Memorial. Já Fernando Lima, irmão do falecido em combate José Lima, colocou a coroa de flores no cemitério.

Na homilia, o padre passionista José Luís Moreira, lembrou que quando era aluno do ensino básico ajudou a escrever muitos aerogramas para os soldados, situação que lhe traz à memória “um sofrimento enorme”. Salientou a dedicação dos antigos combatentes e o serviço ao país, recordando que “o Estado e as instituições, muitas vezes, não reconhecem todo este trauma do passado”, terminando dizendo que “a comunidade tem um grande respeito e admiração por vós, antigos combatentes. Que a memória não se apague”.

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Belinho e Mar, Manuel Abreu, agradeceu o convite pois “é uma honra estar neste convívio”. Depois de dar os parabéns ao Núcleo, agradeceu o trabalho

do Fernando Cepa pela forma “como organizou este grupo que está em crescimento”. Por fim, disponibilizou a Junta de Freguesia para “ajudar no que for preciso”.

Assim, os novos corpos sociais são compostos por: Assembleia Geral: Presidente – Joaquim Enes; 1º Secretário: Manuel Cepa Abreu; 2º Secretário: Alfredo Vaz Saleiro de

Lima. Conselho Fiscal: Presidente – José António Torres; 1º Secretário: Fernando Vaz Saleiro de Lima; 2º Secretário: Raul Machado. Direção: Presidente – Jorge Costa; Vice-presidente: Jorge Sampaio; Tesoureiro: António Alfredo Cepa Sampaio; Secretário: José Gomes Faria e Vogal: José Manuel Martins.



/Opinião

Comemorar Abril é não esquecer o processo de rutura com o regime fascista



Comissão Concelhia de Eposende do PCP

O 25 de Abril revolteou mudanças profundas na vida do nosso País que não há artigo de opinião que as resumam. O seu carácter de revolução traduziu-se, no seu desabrochar imediato, numa explosão de liberdade, de alegria, de solidariedade e de esperança numa vida melhor. Mas a revolução que ficou conhecida pela revolução dos cravos, não foi só explosão de emoções, as transformações a ela associada deixaram marcas que garantem, passados 49 anos, a sua continuidade e sustentabilidade.

Abril trouxe liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

O caráter revolucionário de Abril

Por mais que alguns o queiram escamotear, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, foi um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Assim, comemorar a revolução de Abril é não deixar esquecer o que ela foi e representou e não nos deixarmos toldar por aqueles que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. É preciso não deixar esquecer que o fascismo significou a negação das liberdades políticas e individuais, as perseguições, prisões, torturas e assassinatos de opositores políticos, mas significou também o analfabetismo, a falta de cuidados de saúde, o colonialismo, o racismo, a guerra, a discriminação legal das mulheres, a corrupção como política de Estado por via da captura e fusão do poder político com o poder económico. É preciso lembrar que o fascismo significou décadas de miséria e pobreza generalizadas, de atraso económico e de saque de recursos nacionais a favor dos monopólios e latifundiários e da acumulação de fortuna por um “punhado” de ricos e poderosos.

Celebrar Abril é ainda essencial para combater a política de direita que procura encontrar elementos de renovada justificação para a ofensiva contra Abril, as suas conquistas e valores, para impor maiores e mais graves retrocessos às condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, é não apagar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

/Opinião

O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO Celebrar, Agradecer e Reformar



Manuel Mota

Deputado Municipal em Barcelos e ex-Deputado na Assembleia da República pelo PS

Ao analisarmos o impacto do poder local democrático resultante da revolução de abril, instituído pela constituição portuguesa de 1976, facilmente reconhecemos que os seus resultados são positivos.

É, pois, importante, desde logo, agradecer aos muitos autarcas que se dedicaram ao bem comum abdicando, por vezes, das suas vidas familiares e profissionais, não ignorando, no entanto, que alguns, poucos, não merecem esse agradecimento, por condutas inapropriadas às funções.

A proximidade entre eleitos e eleitores tem potenciado respostas concretas e positivas à grande parte dos problemas que se colocam aos nossos territórios e às nossas populações.

Como reconhecimento desses resultados, os sucessivos governos da república, têm transferido competências e atribuições para as autarquias locais, procurando reforçar esses mesmos ganhos de eficiência e eficácia.

Mas o crescente aumento de competências, atribuições e desafios com que os municípios se veem confrontados exigem, também, um aumento da capacitação institucional, consubstanciada num novo sistema de governo local, mais participado, mais partilhado, mais exigente, mais escrutinado e concomitantemente mais transparente.

A composição, organização interna e constituição dos órgãos locais consubstanciam um sistema de governo autárquico cuja classificação é adjetivada, por grande parte da doutrina, como sui generis, estranho e insólito.

Embora se fale da reforma do sistema de governo local há vários anos, as alterações ao mesmo, apontadas como necessárias, tardam em chegar.

O aumento das competências e responsabilidades dos municípios, resultante de processos de descentralização e de um maior envolvimento das autarquias locais nos processos de integração e desenvolvimento regional, nem sempre foram acompanhadas por um nível adequado de capacitação institucional e de disponibilização de recursos financeiros adequados, para fazer face a essas novas exigências da governação.

Com o processo de globalização emerge uma nova realidade social, económica, cultural e ambiental e a necessidade de dar resposta a problemas emergentes, complexos e transversais, que exigem alterações nos modelos de gestão no setor público e mudanças nas formas de participação política.

Essas transformações tiveram e continuam a ter impacto no papel dos atores, das instituições e dos processos de governação local e reforçam a necessidade de desenvolver um novo modelo de governação local. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

Três alunas de Esposende e duas de Barcelos vão disputar Fase Final do Concurso Nacional de Leitura

A Fase Final do Concurso Nacional de Leitura decorrerá no dia 3 de junho, em Almada.

Redação
redacao@nsemanario.pt

Na Fase Intermunicipal do Cávado, que se realizou na passada quinta-feira, 20 de abril, em Amares, foram apuradas as alunas esposendenses Marta Costa, do Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira, e Maya Santos, do Agrupamento de Escolas António Rodrigues Sampaio, ambas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e Laura Costa, da Escola Secundária Henrique Medina c/ 3º ciclo, a frequentar o Ensino Secundário. Já Barcelos apurou Sofia Silveira, do 2º Ciclo do Ensino Básico, e Filipa Guimarães, do 3º Ciclo do Ensino Básico, ambas da Escola Básica e Secundária de Vale d'Este, em Viatodos.

Nesta eliminatória, que se repartiu entre a Biblioteca Municipal Francisco Sá de Miranda e o Auditório Municipal Conde Ferreira, estiveram em prova alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário dos seis concelhos da Comunidade Intermunicipal do Cávado, designadamente Esposende, Amares, Barcelos, Braga, Terras do Bouro e Vila Verde. Constituído por Pedro Seromenho, Isabel Costa, Sérgio Sousa, Luciana Braga, Fernando Fernandes, Natália Dias e Palmira Simões, o Júri selecionou as obras "A minha família", de António Mota, para o 1.º ciclo; "Confia na Mudança", de Margarida Fonseca Santos, para o 2.º ciclo; "A música dos ossos", de David Almond, para o 3.º ciclo, e "Os primos", de Karen M. McManus, para o Ensino Secundário.

O Concurso Nacional de Leitura representa o maior evento de promoção do livro e da leitura dirigido

ao público jovem, sendo que a sua organização envolve as escolas e as bibliotecas públicas de todo o país. Tendo como objetivos estimular hábitos de leitura e pôr à prova competências de expressão escrita e oral, pretende celebrar o Livro e a Leitura.



Marta Costa, AG de Escolas António Correia de Oliveira



Laura Costa, da Escola Secundária Henrique Medina



Maya Santos, AG de Escolas António Rodrigues Sampaio



Sofia Silveira, da Escola Básica e Secundária de Vale d'Este



Filipa Guimarães, da Escola Básica e Secundária de Vale d'Este

Jornal N Semanário - Esposende e Barcelos, Edição N.º 14/2023 de 27/abril/2023



CARTÓRIO NOTARIAL DE ANDREIA AMARAL - NOTÁRIA

Rua D. Pedro Cunha, n.º 19, Ed. Nova Cidade, 4740-304, Esposende
Tel.253-986350 - Fax.253-986351-Tlm.961553040-Email: geral@aa-notaria.com

CERTIFICO que, a fls. 79 e seguintes, do livro n.º 287-A, de "Escrituras Diversas", deste Cartório, se encontra exarada com a data de 21 de abril de 2023, uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO**, na qual:-----

MARIA CÂNDIDA CEPEDA AZEVEDO GRAMOSO na qualidade de cabeça de casal da herança ilíquida e indivisa aberta por óbito de MARIA IRENE FIGUEIREDO CEPEDA AZEVEDO, que também usava e era conhecida por MARIA IRENE FIGUEIREDO CEPEDA, falecida no dia treze de fevereiro de dois mil e vinte e de ANTÓNIO RODRIGUES DE AZEVEDO, falecido no dia dezoito de julho de dois mil e vinte e um **DECLAROU**:-----

Que do património comum de seus ditos pais fazia parte o bem imóvel que a seguir se vai descrever, que agora integra as referidas heranças, a saber:-----

Prédio urbano, composto por casa de habitação de rés-do-chão e andar, com logradouro, destinado a habitação, sito na Rua do Monte, n.º 19, na freguesia de Antas, do concelho de Esposende, descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o número TRES MIL TREZENTOS E QUARENTA E CINCO/ ANTAS, aí já registado, a favor dos herdeiros dos autores das heranças, em comum e sem determinação de parte ou de direito, pela apresentação mil duzentos e setenta e três, de dois de dezembro de dois mil e vinte e um, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 596, com o valor patrimonial de € 32.855,55. Que este prédio foi já edificado por volta do ano de mil novecentos e sessenta e oito, sendo que, desde a sua construção, tem na sua fachada virada a poente, ao nível do primeiro andar, duas janelas, sendo uma com a largura de cem centímetros e com a altura de cento e doze centímetros, e outra com a largura de noventa e oito centímetros e com a altura de cento e doze centímetros. Ora ambas as aberturas (janelas) deitam diretamente para o prédio contíguo, a saber:-----

Prédio rústico, composto por terreno com videiras em ramada, situado no Sítio de Fora, na freguesia de Antas, do concelho de Esposende, descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o número MIL E QUARENTA E CINCO / ANTAS, aí registado, a favor de Emília da Cruz Viana e marido António Rodrigues Meira Viana, casados sob o regime da comunhão geral, residentes no Lugar do Monte, na dita freguesia de Antas, pela apresentação dezanove, de treze de setembro de mil novecentos e noventa e seis, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 460.-----

Que a abertura daquelas janelas existentes ao nível do primeiro andar, não constam de qualquer projeto aprovado junto da Câmara Municipal de Esposende, atenta à data da construção inicial do referido imóvel. Que tendo em vista o

licenciamento das respetivas obras junto da Câmara Municipal de Esposende, necessitam os referidos herdeiros de fazer prova junto daquela entidade, da existência de uma servidão de vistas daquele seu prédio sobre o prédio vizinho, relativamente às indicadas aberturas. Que a existência daquelas janelas, desde a data de abertura das mesmas, desde a sua construção, ou seja, desde o ano de mil novecentos e sessenta e oito, permite quer as vistas quer a devassa para aquele prédio contíguo e acima identificado. Que do exposto resulta que aquele prédio urbano acima identificado beneficia e goza já de uma servidão de vistas sobre aquele prédio rústico contíguo, servidão essa aparente, porque as janelas abertas se encontram à vista, tendo o seu uso sido contínuo e ininterrupto porque as referidas janelas sempre existiram e em momento algum foram tapadas ou objeto de qualquer alteração desde a sua abertura e/ou construção, ou seja durante mais de vinte anos, à vista de toda a gente e na convicção de exercerem um direito de uso próprio, sendo que a serventia e uso das aberturas se tem mantido ao longo dos anos, nomeadamente desde a abertura e construção das mesmas, mantida sem qualquer violência e exercida sem qualquer oposição ou ocultação, ou seja, de modo a poder ser conhecida por quem tivesse interesse em contrariá-la. Que tal servidão assim mantida e exercida o foi em nome e interesse próprios dos autores das heranças, enquanto vivos, e agora dos seus herdeiros, e traduziu-se nos factos materiais conducentes ao integral uso das citadas janelas, nomeadamente abrindo-as, gozando das respetivas vistas sobre aquele prédio contíguo, inclusive podendo devassá-lo. E que a existência das referidas janelas, não tendo nunca sido contestada, por ter sido sempre pacífica, de conhecimento público e de uso contínuo, durante mais de vinte anos, facultou-lhes já a constituição de uma **SERVIDÃO DE VISTAS** por **USUCAPIÃO**, sobre o acima identificado prédio inscrito na respetiva matriz sob o artigo 460 rústico e a favor do prédio acima melhor identificado, o referido artigo 596 urbano, servidão essa que consiste no facto de que no prédio serviente (o referido artigo 460 rústico), exclusivamente na parte voltada a nascente para o prédio dominante (artigo 596 urbano), não poderão ser construídas paredes, muros ou qualquer outro tipo de edificação que distem menos de um metro e meio da edificação do prédio pertencente às referidas heranças, já existente, no sentido de garantir a vista e devassa daquele prédio, através das Janelas nele existentes que deitam para o prédio serviente, servidão esta à qual atribui o valor de **CEM** EUROS.-----

Assim, afirmam e declaram que, o prédio que é de propriedade das heranças, aqui identificado como prédio dominante, detém sobre o prédio acima identificado como serviente uma servidão de vistas nos precisos termos exarados, termos em que prestam estas declarações para efeitos de registo predial.-----
Mais se informa que estas declarações foram confirmadas por três testemunhas.-----
Está conforme o original, na parte transcrita e certificada.-----

Esposende, 21 de abril de 2023

A Notária,
(Andreia da Silva Amaral)

Conta registada sob o n.º 1158/2023

/Opinião

Verdade, Responsabilidade, Exigência, Desenvolvimento e Igualdade de Oportunidades**Mário Fernandes**

Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos

Se é verdade que ABRIL foi a REVOLUÇÃO que nos devolveu a LIBERDADE, restaurou a DEMOCRACIA e instituiu o PODER LOCAL, também é verdade que temos que estar atentos, vigilantes e interventivos, na defesa destes valores, porque como se tem visto recentemente, os mesmos carecem de atenção permanente. A Liberdade, a Democracia, a Paz e a Justiça Social são valores importantes de mais para serem deixados à sua sorte. O que este 49º aniversário da Revolução de Abril nos recorda é o facto de que a “Democracia” não é um bem que se possa dar por garantido. É que pululam por aí certos atores, ávidos de protagonismos individualistas e exacerbados, com propostas populistas, muitas delas em desrespeito pelos Direitos Humanos, pela liberdade de expressão e pelo próprio sistema democrático. Tudo isto, muito graças a uma classe política que se preocupa mais em manter-se no poder do que em governar e que assim se põe a jeito, com casos e casinhos de toda a ordem, com meias verdades e com semânticas bacocas e desconexas com a realidade e o interesse dos cidadãos.

Importa, pois, que estejamos atentos e interventivos, para que a ausência, o cansaço e o alheamento de muitos, não permita o triunfo de uns tantos, que o que querem – falando mais alto, berrando mesmo, é fazer implodir o sistema e impor-se com as suas ideias segregadoras e muitas vezes, até, totalitárias. E aqui cabem os extremos, tanto de direita como de esquerda, que com as suas agendas mirabolantes, querem impor as suas vontades (e das minorias), em desrespeito pelo interesse colectivo dos portugueses e de Portugal.

Há um conjunto de reformas que urge levar à prática, como a limitação dos mandatos dos senhores Deputados da Nação. Afinal, são os únicos que se podem (controlando as máquinas partidárias) perpetuar no cargo, tendo eles próprios aprovado a limitação de mandatos (dois) do senhor presidente da República e (três) dos autarcas dos Municípios e Freguesias (e aqui estou totalmente de acordo, tendo eu próprio sido visado com a limitação de mandatos dos presidentes de Junta de Freguesia).

É muito importante que se credibilize a política, para que as pessoas acreditem e possam escolher os melhores dos melhores e não apenas aqueles que fazem carreira nos partidos políticos. Só com uma política responsável e de verdade se conseguirá combater a crescente e elevadíssima abstenção que se vem verificando em sucessivos atos eleitorais.

Completam-se hoje os 49 anos do «25 de Abril», aquela data mágica que restituiu a democracia e a liberdade às portuguesas e aos portugueses. Com sete anos de idade, à data, não posso dizer ter experimentado o anterior regime, ditatorial, os meus pais sim. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

/Opinião

O contributo do PS para o poder local democrático**Armindo Vilas Boas**

Presidente da Junta de Freguesia de Carapeços e Membro do PS Barcelos

O 25 de Abril de 1974 restituiu a liberdade que Portugal necessitava para se juntar aos países civilizados e se colocar no lado certo da História. Com a liberdade restaurada, os portugueses puderam escolher o seu futuro logo nas primeiras eleições livres realizadas um ano depois da Revolução e que levaram à definição de uma nova Constituição. O novo texto constitucional, moderno e alinhado nos seus princípios e objetivos com a democracia representativa e em consonância com as modernas sociedades liberais, consagrou a separação dos poderes e abriu as portas ao desenvolvimento económico e social que dura até hoje.

A Europa ocidental tinha enveredado, há décadas, pela democracia e pelo desenvolvimento económico e social, enquanto Portugal permanecia ainda, em todos os indicadores, na categoria dos países subdesenvolvidos. Por isso, teve de fazer em poucos anos o que outros países puderam fazer em décadas.

Ora, o Partido Socialista foi um dos que mais contribuíram para a definição política, social e económica a seguir ao 25 de Abril e Mário Soares o grande obreiro da aproximação decisiva à Europa, com a adesão à CEE pouco mais de dez anos após a Revolução.

A criação de um Estado social (com um serviço nacional de saúde e uma educação universal, uma segurança social abrangente e capacitada para responder às necessidades das pessoas), a consolidação da organização política e económica e a defesa das liberdades individuais têm a marca do PS que, desde a sua fundação, há precisamente 50 anos, nunca transigiu nos seus princípios e valores.

Entre as muitas realizações iniciadas com a Revolução de Abril, destaca-se o impressionante desenvolvimento do poder local, que muito contribuiu para o progresso das autarquias. Com as primeiras eleições autárquicas realizadas em 1976, Portugal iniciou um caminho de autonomia e de implementação de políticas de proximidade, por vezes com escassos recursos.

Até hoje, a maioria dos portugueses continua a confiar nas autarquias como estruturas de apoio às suas necessidades imediatas e talvez isso seja a razão das mais altas taxas de participação eleitoral se verificam nas eleições autárquicas.

A proximidade e a relação pessoal e diária entre eleitos e eleitores permitem uma permanente interpegação e escrutínio direto do desempenho das câmaras municipais e juntas de freguesia, o que não acontece com outros órgãos políticos eleitos, e são os anseios e as preocupações dos cidadãos que verdadeiramente definem os programas e as opções dos partidos e forças políticas que se apresentam a eleições. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

Museu do Sargaço em Apúlia já é uma realidade

Apúlia viveu no passado domingo, 23 de abril, um dia festivo, com a inauguração do Museu do Sargaço, um novo equipamento cultural que resulta da requalificação das antigas instalações da Escola Primária de Areia.

Redação
redacao@nsemanario.pt

“Havia carência efetiva de espaços culturais em Apúlia”, reconheceu o Presidente da Câmara Municipal de Esposende, Benjamim Pereira, notando que a estratégia cultural do Município é orientada para o investimento e para a descentralização. Neste contexto, explicou, beneficia todo o território concelhio, seja por via da criação/disponibilização de espaços, seja ao nível de realização de eventos.

O Museu do Sargaço, que se traduz num investimento do Município na ordem dos 780 mil euros, nasce da vontade em manter vivas as memórias da tradição da apanha do sargaço, ofício de grande valor cultural e que se tornou num marco histórico na cultura Apuliense, dando, simultaneamente, nova vida a um edifício que se encontrava devoluto, depois da desativação da Escola Primária de Areia, espaço também repleto de história.

Dirigindo-se a uma vasta plateia de Apulienses, Benjamim Pereira, exortou a memória de Laurentina Torres, ex-Presidente da Câmara Municipal e dedicada dirigente associativa da Casa do Povo de Apúlia, falecida em novembro passado, por todo o trabalho de preservação e divulgação dos Sargaceiros de Apúlia.

Notando o “investimento muito significativo” da obra, Benjamim Pereira referiu que, para além da função de preservação da memória, “o Museu do Sargaço assume-se como um espaço cultural multifuncional ao serviço da cultura”. Neste sentido, lançou o repto à União das Freguesias de Apúlia e Fão e às coletividades locais para colaborarem na dinamização do espaço, que dispõe de condições para acolher os mais diversos eventos culturais, como, por exemplo, exposições e sessões de apresentação de livros, entre outros.

Aproveitando a presença de das gentes da terra, o Presidente da Câmara Municipal lembrou os mais recentes investimentos concretizados em Apúlia, nomeadamente a requalificação da Escola Básica do Facho e da envolvente à Igreja Matriz, o alargamento da rede de saneamento, a reabilitação do Portinho de Apúlia e a abertura do Espaço Cidadão, bem como a requalificação do Campo dos Sargaceiros, cuja inauguração ocorrerá este sábado, 29 de abril. Benjamim Pereira referiu também que está em curso o projeto para a execução do novo Mercado de Apúlia e lembrou a intervenção prevista para a zona costeira Pedrinhas/Cedovém, destacando, ainda, o projeto na área de investigação a desenvolver na Estação Radionaval de Apúlia, numa parceria com a Universidade do Minho.



A terminar a sua intervenção, o Presidente da Câmara Municipal expressou agradecimentos a todos quantos contribuíram para tornar realidade o Museu do Sargaço, que a partir desta segunda-feira passa a estar aberto ao público.

“Hoje, de facto, é um dia muito importante para o concelho, mas sobretudo para Apúlia”, afirmou o autarca Valdemar Faria, expressando satisfação por ver cumprido mais um projeto em Apúlia e pela presença massiva da população local. “A obra fala por si”, afirmou, assinalando que o Museu do Sargaço representa uma homenagem a todos os Apulienses e a todos os Sargaceiros e, neste contexto, lembrou Laurentina Torres, um “ícone desta terra e desta tradição”. Ciente da mais-valia deste equipamento, Valdemar Faria não tem dúvidas de que a comunidade local, no-

meadamente as associações e as escolas, o saberão aproveitar. Concluiu a intervenção, agradecendo à comunidade Apuliense e a todos quantos contribuíram para a concretização da obra.

A anteceder as intervenções, teve lugar a bênção do novo equipamento pelo Pároco de Apúlia, Padre Rui Neiva, seguida da visita ao edifício. O técnico do Município responsável pelo Museu do Sargaço, João Neiva, apontou-o como “mais uma extensão das raízes do povo de Apúlia”. Por sua vez, o Comissário Científico, Álvaro Campelo, referiu que o Museu do Sargaço se afigura como o “ponto de partida para um espaço de cidadania, de debate e de construção do futuro da comunidade”. A encerrar a cerimónia, atuou o Grupo Infantil dos Sargaceiros da Casa do Povo de Apúlia.



/Opinião

49 anos de Abril Democrático!



Luís Peixoto

Vereador Independente na
Câmara Municipal de Esposende

Quantos mais anos passam de abril de 74, menos presentes se encontram na memória coletiva as diferenças entre o antes e o pós 25 de abril. Servem estes momentos de aniversário para fazermos uma introspeção e valorizarmos as conquistas que Abril nos trouxe, desde logo a liberdade de expressão, o acesso à cultura e ao conhecimento por parte de todos e a força da nossa opinião e vontade expressa em eleições livres, democráticas e inclusivas. Estes valores que hoje são indissociáveis de qualquer sociedade democrática e livre há 50 anos atrás eram bonomias de elites nas quais o regime do Estado Novo se suportava.

Passado todo este tempo, podemos dizer que estão integralmente cumpridos os ideais de Abril de 74?

Na minha modesta opinião, a resposta é não. Falta cumprir, e muito, o que concerne ao Poder Local.

De que valeu Abril de 74 se um dia fomos obrigados, pelo poder, cada vez mais centralista de Lisboa, a extinguir freguesias só porque sim e sem qualquer auscultação prévia às populações atingidas e indo ao arripo da Carta Europeia da Autonomia local?

De que valeu Abril de 74 se, de um dia para o outro, as populações do interior do país ficaram sem o suporte de proximidade dos serviços públicos essenciais como Estações dos CTT, Postos de GNR, Centros de Saúde, Escolas de Primeiro Ciclo da própria Junta de Freguesia? Dizem os entendidos que conseguem-se ganhos de escala e de eficiência na concentração destes serviços nas vilas e cidades mais prósperas. Esqueceram-se eles que esta movimentação de pessoas obriga a eficientes redes de comunicações e transportes que não existem foram dos grandes centros!

De que valeu Abril de 74 se um dia as populações vão ficando sem meios de transporte públicos resultantes da eliminação de vias férreas estruturantes para a movimentação das populações mais remotas e cuja mobilidade estava assente na capilaridade das linhas de caminho-de-ferro?

De que valeu Abril de 74 se os agentes políticos não são todos regulados por um mesmo regime? Aos autarcas, e muito bem, é definido um total de mandatos no exercício de uma determinada função ao nível local. No entanto, na casa da democracia os deputados podem lá permanecer uma vida, bastando para isso seguir as orientações do partido político que representam. E isto porque a grande maioria dos deputados da nação representa e segue orientações do seu partido e pouco ou nada representa a população do círculo eleitoral pelo qual foi eleito!

[...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

/Opinião

Interpelações de Abril



Nuno Reis

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos

Convida-me o vosso jornal a escrever e partilhar uma mensagem sobre Abril. Faço-o com gosto ou não se tratasse em si mesmo esse desafio, e o exercício de uma escrita “sem amarras”, uma forma de se celebrar a Liberdade.

Uma democracia, na verdadeira aceção da palavra, precisa de uma imprensa local livre, independente, de proximidade. A construção do progresso, de comunidades mais prósperas, regiões mais desenvolvidas, beneficia de um exercício de escrutínio que, se executado de forma correta, contribui para o bem-comum.

Vale a pena, a talhe de foice, questionar se o fim integral do apoio ao envio postal de jornais locais não representou um obstáculo à sustentabilidade da imprensa regional e, por consequência, à saúde do regime. Pedir aos cidadãos que através dos seus impostos, ou da contribuição para o audiovisual, financiem uma RTP que muitas vezes se desvia do que deveria ser uma programação formativa de interesse público, e não puramente comercial, ao mesmo tempo que em todo o território a imprensa local vai lutando com dificuldades não é, com certeza, o melhor contributo para o pluralismo de opiniões e para a defesa da causa pública.

O país que temos é aquele que os portugueses sonhavam em 1974? O país que temos é aquele que poderíamos ter, caso algumas decisões estratégicas tivessem sido diferentes? O que gostariam os portugueses para as próximas décadas? Interrogações, de muitas que se colocam e que instam à reflexão.

Num estudo realizado há uns anos, os portugueses identificavam a saúde e a educação como as duas grandes conquistas de Abril. Prestes a entrar no ano que assinalará o 50º Aniversário do 25 de Abril de 1974 vale a pena um olhar sobre os tempos que vão passando.

Se os indicadores de escolaridade da população são incomparáveis, para melhor, com os que existiam há cinco décadas, não é menos verdade que já foram menos sombrias as nuvens que pairam na educação. Podia dar vários exemplos disso mesmo, mas recupero um que já não faz parte da agenda mediática apesar de ter deixado consequências, para o presente e futuro. Com o fim dos contratos de associação, um conjunto de escolas de referência, um pouco por todo o país, deixou de poder proporcionar às crianças e jovens, independentemente da sua condição socioeconómica de base, a possibilidade de as frequentar. Defender um “elevador social” não é consentâneo com a restrição de oportunidades de acesso e liberdade de escolha a montante do ensino superior.

Também em outros setores, a contrapartida de uma carga fiscal elevada deve ser a qualidade dos serviços públicos que são assegurados com o dinheiro de todos. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

19º Prémio ACR Roriz abrilhantou a freguesia

José Moreira, Gonçalo Rodrigues e Landeiro KTM venceram o 19º Prémio ACR Roriz/ Troféu Professor António Matias

Redação
redacao@nsemanario.pt

José Moreira (Silva&Vinha/ADRAP/Sentir Penafiel) e Gonçalo Rodrigues (Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact) foram os vencedores de juniores e cadetes, respetivamente, do 19º Prémio ACR Roriz / Troféu Professor António Matias, prova pontuável para o Campeonato do Minho de Ciclismo de Estrada – Arrecadações da Quintã. A equipa da casa Landeiro KTM foi a vencedora em Escolas. Organizado pela Associação Cultural e Recreativa de Roriz, em parceria com a Associação de Ciclismo do Minho, o Prémio ACR Roriz conhecido como a “Roubaix portuguesa” numa alusão à clássica prova francesa, homenageia António Luís Santos Matias, o “Professor Matias” reconhecido como o impulsionador e fundador da equipa de ciclismo na ACR Roriz.

Juniores U19

Numa prova marcada pela chuva e por algum frio, os 55 ciclistas que competiram em juniores não se pouparam nos esforços e foram várias as tentativas de fuga durante os mais de 72 quilómetros de corrida, que este ano levou o ciclismo a terras de Ponte de Lima.

José Moreira, que o ano passado tinha alcançado a segunda posição, foi o mais forte e no sprint final impôs-se a Gonçalo Amaral (ABTF Betão-Bairrada) e ao ciclista da casa Bruno Lopes (Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact).

Este trio percorreu os cerca de 72 quilómetros de corrida em 1:50.01, deixando João Martins (União Ciclismo da Trofa) a 12s e Rafael Durães (Silva&Vinha/ADRAP/Sentir Penafiel) a 37s.

Por equipas, a Silva&Vinha/

ADRAP/Sentir Penafiel, que colocou três ciclistas no top10, foi a vencedora, enquanto a Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact foi segunda e a União Ciclismo da Trofa terceira.

Cadetes U17

Em cadetes, Gonçalo Rodrigues (Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact) foi o vencedor, depois de ter feito dois segundos lugares nas provas da Taça de Portugal.

O ciclista de Barcelos cedo mostrou vontade de lutar pela classificação e conseguiu escapar ao pelotão, tendo como companheiro de fuga Dinis Martinz (Caldas Ecosprint – Nutea).

Depois de vários quilómetros em fuga e na última subida para a meta, Gonçalo Rodrigues, também galvanizado pelo apoio que ia recebendo do público, conseguiu ganhar alguma vantagem para o seu 'colega' de aventura no pavé e sprintou para a vitória.

Na terceira posição ficou Guilherme Ribeiro (Paredes/Fortunna), que foi o mais forte no sprint final entre os vários ciclistas do primeiro grupo do pelotão.

O género feminino marcou presença no escalão de cadetes. Mara Ribeiro (Silva & Vinha/ADRAP/Sentir Penafiel) realizou a sua prova junto do escalão de juvenis com excelente prestação.

A Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact garantiu a vitória por equipas, seguido pelos Caldas Ecosprint – Nutea, relegando o Cantanhede Cycling/2W Engenharia para a terceira posição.

Escolas

A Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact foi a vencedora da classificação por equipas de Escolas. A equipa da 'casa' somou seis pontos ao conquistar as vitórias em juvenis e pupilos/benjamins e terminando em segundo em infantis e iniciados.



O CC Barcelos/AFF/Flynx/HM Motor foi segundo classificado, enquanto a Escola de Cantanhede Cycling/Orima/Duorep subiu ao terceiro lugar do pódio.

Em juvenis, Afonso Silva (Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact) foi o mais rápido no sprint final, superiorizando-se a Vasco Silva (Silva&Vinha/ADRAP/Sentir Penafiel) e Francisco Cardoso (CC Barcelos/AFF/Flynx/HM Motor), que fizeram segundo e terceiro lugar, respetivamente.

Em femininos, Juliana Teixeira (Escola Cantanhede Cycling/Orima/Duorep) foi a vencedora. Mariana Maia (Escola Ciclismo de Paços de Ferreira) foi segunda e Marta Esteves (Tensai/Sambiental/Santa Marta) terceira. Martim Quitério (CCM – Clube de Ciclismo de Mirandela) venceu destacado a corrida de infantis. Samuel Gomes (Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact) foi segundo e Manuel Santos (Póvoa Cycling Academy/CDC Navais) terceiro.

Em femininos a vitória sorriu a Lara Silva (Escola Cantanhede Cycling/Orima/Duorep). Matilde Fernandes e Mariana Peixoto (Landeiro/ KTM/ Matias & Araújo/ Frulact) ocuparam os restantes lugares do pódio.

Francisco Pereira (Escola Cantanhede Cycling/Orima/Duorep) e Maria Lisboa (Landeiro/ KTM/ Ma-

tias & Araújo/ Frulact) venceram em iniciados, enquanto Duarte Silva (Silva&Vinha/ADRAP/Sentir Penafiel) ganhou a prova de pupilos/benjamins.

No final da prova, Rosa Cristina Barbosa, Presidente da ACR Roriz, mostrou-se satisfeita, fazendo um “balanço muito positivo”.

Sobre a homenagem ao Professor Matias, Rosa Barbosa disse ser “sobretudo, uma homenagem merecida. Ele é uma pessoa que está na génese do ciclismo da ACR. Foi ele que fomentou esta vertente da associação e é graças a ele que estamos onde estamos hoje”.

Mário Constantino, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, marcou presença na 19.ª Edição do Prémio ACR Roriz / Troféu Professor Matias e garantiu que saiu “fascinado”.

“Foi a primeira vez que vim aqui ao Prémio ACR Roriz e a primeira vez que participo numa prova pela parte de dentro, tentando perceber toda a logística e todo o apoio popular que, efetivamente, se sente ao estar dentro da prova. Foi uma experiência muito enriquecedora e muito gratificante, perceber que os jovens participam e têm os seus familiares, amigos e população a aplaudi-los e a apoiá-los a continuarem”, referiu Mário Constantino que acompanhou a prova num carro da organização ao longo de todo o percurso.

/Opinião

**Direitos e Deveres.
Do 25 de abril de 1974
ao 25 de abril de 2023****Paula Cepa**Diretora do Agrupamento de Escolas
António Rodrigues Sampaio - Esposende

É essencial que os partidos, as pessoas, os movimentos, as associações assumam as suas responsabilidades e ponham de parte o clima de ataques demagógicos e irresponsáveis, bem como os clamores de sociabilização imediata, que têm vindo a intensificar-se desde o 25 de Abril. Francisco Sá Carneiro (Imprensa 1974)

O 25 de abril de 1974 é uma data marcante para os portugueses, pelo menos para os jovens da minha geração e sobretudo para os nossos pais. Portugal era um país pobre, onde imperava a censura, a repressão e se desenrolava uma guerra inglória que arruinou uma geração. Sendo filha de um militar (furriel na Guiné) dessa guerra, e ao ouvir os relatos das suas aventuras, ou melhor desventuras, vividas no cenário de combate entre tiros com os guerrilheiros, a fome e sede que teve, as técnicas que utilizou para sobreviver, ao ver aquela lágrima que teima em não cair quando relembra os colegas que tombaram em combate, só posso concluir que Portugal arruinou toda uma geração por pura teimosia de um homem que não queria ver o que se passava no resto do mundo!

Abril... Abril, acabou definitivamente com este ato atroz e mesmo que não de uma só vez trouxe a liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de manifestação, liberdade sindical, direito à saúde, direito à educação, direito à cultura, direito ao trabalho, direito à greve, direito à habitação, direito à reforma, direito à justiça, igualdade de direitos.

Abril, permitiu que em 1975 a minha mãe votasse pela primeira vez, permitiu que professoras e enfermeiras se casassem sem ter que pedir autorização ao estado. Foi por esta altura que proliferou o slogan “Homens e Mulheres, os mesmos direitos, os mesmos deveres”.

Conquistados muitos direitos, os deveres são muito esquecidos e por isso vivemos numa sociedade muito virada para si própria e pouco preocupada com os outros. Poucos reconhecem que o Estado somos todos nós, logo todos nós temos deveres. O dever do respeito, da solidariedade, da declaração de rendimentos efetivos, da tolerância, etc, etc...

Atualmente, da guerra física de 1974 passamos para uma guerra imaterial em 2023. O que pensar dos direitos conquistados, esquecidos os deveres, que conduziram à corrupção que assistimos no panorama político atual (TAP, BES ...)? O que pensar da igualdade de direitos fictícia entre homens e mulheres, apesar das mulheres possuírem mais habilitações literárias? O que pensar do momento menos bom que as forças militares portuguesas estão a passar? Será que a maioria absoluta de um governo, pode fazer esquecer os deveres para com o povo que o elegeram? Será que lhe dá o direito de dizer e desdizer?

[...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

/Opinião

**O Ensino Superior e
as conquistas de Abril****Maria José Fernandes**

Presidente do IPCA

A democratização do ensino foi, e é, um dos maiores legados da Revolução. Abril será sempre para todos os portugueses sinónimo de Liberdade, mas também de Inclusão e de Coesão.

O papel das instituições de ensino superior, nomeadamente dos politécnicos, foi fundamental na garantia da democratização do acesso ao ensino e da sua disseminação pelo país. Com efeito, até 1974, existiam apenas 3 universidades em Portugal: Lisboa, Porto e Coimbra, o que implicava que o ensino superior fosse um caminho reservado apenas para algumas elites economicamente mais favorecidas.

Ainda antes da Revolução, Veiga Simão preconizou um sistema binário, de politécnicos e universidades, com ofertas formativas específicas para cada, visão concretizada no pós 25 de Abril, que levou à criação de um novo sistema para o ensino superior mais inclusivo e democrático. Aos politécnicos estava reservada uma visão mais profissionalizante do ensino superior, bem como uma dimensão mais regional. Isto permitiu, e continua a permitir, levar o ensino superior à população em geral, independentemente da sua condição e da sua localização, contribuindo para o aumento das qualificações dos portugueses, e não apenas dos que se encontram nos grandes centros.

O ensino superior politécnico é uma parte fundamental do sistema de ensino superior português, forma profissionais altamente capacitados e preparados para responder às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade, combinando, de forma eficaz, a teoria com a prática, e oferecendo às empresas profissionais cada vez mais qualificados e mais especializados.

Hoje, podemos afirmar que os politécnicos têm sido instrumentos de extrema relevância para cumprimento dos desígnios de Abril. Poucos setores serão capazes de gerar benefícios significativos para a mobilidade social e geográfica, atrair investimento, produzir e transferir conhecimento e inovação, promover a cultura e a prestação de serviços, e aproximar populações e regiões, como o ensino superior. Podemos afirmar que o ensino superior politécnico participa ativamente na educação como elevador social.

O país precisa de mais qualificações, mais conhecimento, mais inovação e mais coesão, mas, para isso, precisa também de mais investimento direcionado.

Nunca como hoje, as Instituições de Ensino Superior foram tão determinantes como motores de desenvolvimento (social, económico, cultural) e um caminho rápido e seguro para a consolidação da coesão social e territorial do nosso país.

[...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

Encontro Luso-galaico de BTT afirma-se no calendário desportivo de Esposende

Saldou-se em mais um êxito, a 19.^a edição do Encontro Luso-galaico de BTT, evento que a Câmara Municipal levou a efeito no passado fim-de-semana e que envolveu cerca de 900 participantes, no conjunto das provas: Passeios Traquina e Júnior, Meia Maratona e Maratona.

Redação
redacao@nsemanario.pt

Com as condições climatéricas a ajudar, a festa fez-se em torno do BTT, envolvendo desde os mais pequenos aos atletas “profissionais”, indo muito para além da questão desportiva. Com efeito, muitos foram aqueles que procuraram Esposende como destino no último fim-de-semana, procurando experienciar e/ou vivenciar de perto o Encontro Luso-galaico, e contribuindo, assim, para dinamizar a economia local.

O evento, há muito consolidado no plano de fomento da modalidade, assume um importante papel também no incentivo da prática de atividade física, nomeadamente das crianças e jovens. Exemplo disso é o passeio traquina e júnior, já habitual no cartaz, fomentando assim, desde tenra idade, hábitos de prática desportiva e procurando também, enraizar, desde cedo, uma cultura de mobilidade ecoló-

gica, potenciando as excelentes condições que o concelho apresenta.

No sábado, foi, assim, direcionado para os mais jovens com uma forte componente pedagógica, onde pela manhã, no passeio traquina, 130 pequenos atletas percorreram cerca de 15 quilómetros pela ecovia do litoral norte. De tarde, no passeio júnior, 80 participantes desenharam um percurso de 25 quilómetros até à foz do rio Neiva, em Antas.

No domingo, realizou-se a Meia Maratona e a Maratona sendo que na prova de 40 quilómetros participaram 550 atletas e na prova rainha, de 65 quilómetros, cerca de 130.

Em termos classificativos, o vencedor da Meia Maratona, no setor masculino, foi Filipe Carias, da equipa “Malhos Team” (01:28:14), secundado por Pedro Costa da “Team Optical+” (01:28:58), e por José Batista (01:29:39), no terceiro lugar. No setor feminino, a primeira a cortar a meta foi Marlene Seara, da equipa “Team Alumnios 2022” (01:47:52), seguida de Isabel Sousa, corredora da equipa “WINSIG Cycling Team” (02:06:03), e por Lisandra Moura (02:-



08:23). Ainda na Meia Maratona, mas na categoria de E-bikes, na prova masculina, o vencedor foi Pedro Pilar (01:21:16), em segundo ficou Dinis Ferreira (01:25:44) e José de Lima em terceiro (01:25:45). No escalão feminino, a vencedora foi Rosa Laranjeira (01:50:12), em segundo lugar classificou-se Judite Torres (01:53:01) e Helena Faria (02:08:33) da equipa “100 equipa” fechou o pódio.

Já no que diz respeito à Maratona, o grande vencedor, com tempo de 02:43:44, foi Carlos Rocha da equipa “SAERTEX PORTUGAL/EDAE-TECH/ERA ESPOSENDE”. Em segundo lugar permaneceu João Nogueira (02:48:20) e o último lugar do pódio foi conquistado por Manuel Pereira, corredor da GRUPO CCR AP MOTORS/ LOBOS DO MAR CYCLING TEAM” (2:49:26). No setor feminino, venceu Diana Porto, da equipa Velo Clube de Bragança (04:08:42), tendo o segundo lugar sido conquistado por Fernanda Loureiro, da Gilmonde BTT (04:17:01) e o terceiro por Paula Nóvoa, da CEPSE (04:23:27). Na categoria E-bikes, no setor masculino, venceu Carlos Pereira, da equipa Retorta Proteu (02:49:27),

com Manuel Laranjeira (03:10:13) a segurar o segundo lugar, à frente de Luis Simões (03:10:33). Por fim, nas E-bikes feminina, apenas houve duas guerreiras a participar, sendo que Ilda Calheiros (03:20:42) conseguiu levar a melhor sobre Sara Almeida (03:52:34), da equipa BikeSeven Esposende.

A entrega dos prémios decorreu na zona ribeirinha de Esposende e esteve a cargo do Vereador do Desporto, Rui Losa.

Há muito que as questões ambientais estão entre as principais preocupações do Município, que tem procurado atingir a neutralidade carbónica nos eventos que organiza.

Neste sentido, a opção é utilizar fitas reutilizáveis na marcação do percurso e a não distribuição de garrafas ou copos de plástico nos abastecimentos.

Este evento, que para o ano assinala a vigésima edição, integra o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo de Esposende (PEDDE), mais concretamente no que se refere ao fomento da prática da atividade física, com um forte foco nos mais jovens.



/Opinião

Matizações de Cidadania



António Maranhão Peixoto

Presidente do Conselho de Administração da empresa municipal ESPOSENDE 2000

Naquela manhã – AQUELA MANHÃ! – a professora da minha 4.^a classe, excelente senhora e sempre inesquecível, Clarinda Moreira da Cruz, de Apúlia, demora mais tempo a chegar. A malta continua a brincadeira no recreio daquele edifício do Plano dos Centenários em S. Bartolomeu do Mar. O tempo vai passando, a folia mantém-se naquela manhã fria, mas muito alegre, pois, nunca tivemos tanta folga para brincar antes de começar a escola.

- Meninas e meninos, venham cá. Todos para aqui!

A voz ordenante da diretora da escola, a estimada e maternal professora D. Irene Cubelo, exigia uma obediência imediata.

- Vão todos para casa. Hoje não há escola.

À uníssona exclamação de felicidade surge um estrondoso chiu!

- Vai tudo para casa. Houve um golpe de estado. Portugal está em revolução. Pode haver uma guerra civil. Tudo para casa, não quero ninguém no recreio da escola!

Em casa, enquanto aguardo a ordem costumeira de ir com o gado, entram e saem muitas pessoas. Na barbearia do meu avô materno, Delfim Maria Maranhão, o tio Quintas, na casa onde nasci e vivia, estão alguns a ouvir a rádio. Os comentários são vários, mas recordo um que muito me assustou:

- Isto ainda vai dar para o torto. A PIDE vai controlar isto e nós vamos estar atrapalhados com os bufos. Vem aí uma guerra civil!

Guerra!

Pus-me á janela da cozinha virada para a Estrada Nacional n.º 13, mesmo defronte à minha bela escola. Nela passa um carro de longe em longe. Algumas pessoas param a conversar e depois fogem apressadas. E se vem a guerra? Ninguém nos pode defender. O meu tio António que esteve na guerra da Guiné está em França com o meu pai, no departamento 93, na região de Paris!

Nesse ano ainda e nos seguintes ao ver as grandes manifestações fizemos, primeiro de Viana do Castelo e depois de Braga a terra da fraternidade. Aí, na multicolor partidária, imperava a única certeza: O Povo Unido Jamais Será Vencido!

E na televisão assistíamos à chegada dos retornados das ex-colónias, pensando que vinham passar férias como os emigrantes espalhados pela França, Alemanha, Bélgica ou Suécia.

Nesta realidade juvenil começamos a admirar as pessoas que eram notícia na televisão, na rádio e nos jornais.

Quando falam da Guiné, Angola e Moçambique assalta-nos ao pensamento aquela cantilena de algumas moças da minha terra quando iam à fonte buscar água. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

/Opinião

O aparecimento de uma Casa do Povo num meio rural



José Araújo Silva

Presidente da Casa do Povo de Alvito - Barcelos

Nas décadas dos anos 30/40 do século passado, o aparecimento de uma Casa do Povo num meio rural, com serviços de saúde, era encarado como uma grande riqueza para as populações, numa época em que estas sobreviviam a grande custo. A fome a pobreza em geral, eram uma realidade, verificada através da elevada taxa de mortalidade infantil e juvenil. A instrução e a formação, eram um luxo a que poucos se podiam dar, sendo a taxa de analfabetismo muito elevada. A emigração, foi uma das saídas na fuga ao precário rendimento obtido do trabalho agrícola, a maioria como jornaleiros.

A agricultura era a base da economia dessas populações rurais e com os fins de previdência e assistência, instrução e progresso locais, o regime corporativista do Estado Novo promulgou o DL 23 051 de 23 de setembro de 1933, que autorizava a criação de Casas do Povo em todas as freguesias rurais. Os fins de previdência eram “obras tendentes a assegurar aos sócios proteção e auxílios nos casos de doença, desemprego, incapacidade e velhice”.

Competia às Casas do Povo a “criação de pequenas bibliotecas e de escolas ou postos de ensino destinados a ministrar instrução aos sócios e seus filhos”, mas também incentivar aos desportos, diversões e cinema educativo. Também poderiam “acordar com os sócios, proprietários locais ou Estado, a realização de obras de interesse comum, especialmente abertura e conservação de caminhos, outras vias de comunicação, águas, esgotos, melhoramentos e aformoseamentos locais”.

Moradores das freguesias de Alvito S. Pedro, Alheira, Igreja Nova e Alvito S. Martinho, uniram esforços e acordaram constituir a Casa do Povo de Alvito. Esta, foi fundada a 14 de abril de 1944, pela intercedência de um grupo de “homens bons” de reconhecida idoneidade e interesse pelo bem comum, que se juntou para debater as necessidades do povo que vivia grandes dificuldades e que dependia da agricultura para sobreviver. A primeira sede, situava-se no lugar de Rio do Porto, em Alvito S. Pedro, sendo uma casa de habitação cedida pelo Presidente da Comissão Instaladora Daniel Lopes de Miranda, com uma varanda, sala que servia para médico e enfermagem, quarto destinado a escritório e uma cozinha. Mais tarde, nos finais da década de 1950, a sede mudou para o lugar de Fontão, onde possuía melhores condições. A Casa do Povo era dos poucos locais onde poderia aceder a telefone, rádio e mais tarde a televisão. Também era usada para jogos de salão, como o ténis de mesa.

Em 1971, por despacho de 29/6 foram aprovadas Normas de Cooperação Médico-Social entre Casas do Povo e as Caixas de Previdência e de Abono de Família, sendo estabelecida “a coordenação e articulação dos diversos serviços de ação médico-social para utilização conjugada dos serviços e instalações”. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt

/Olimpismo

Jogos Olímpicos Londres 2012

Hiroshi Hoketsu A idade não conta



Ilídio Torres

Membro da Academia
Olímpica de Portugal

Japonês, foi o atleta mais idoso dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012. Cavaleiro por excelência, nos seus sessenta e sete anos de idade, na modalidade que abraçou, usa como bandeira, a máxima que no desporto, “mais que músculos é necessário usar o “Cérebro”!

Hiroshi Hoketsu está no hipismo, na chamada dressage (adestramento), onde a finalidade primeira é demonstrar a capacidade de fazer com que o cavalo efetue manobras plenas de elegância e habilidade!

Sessenta e sete anos, a idade de Hiroshi Hoketsu, não constitui recorde olímpico se recordarmos, antes de si, Osvar Swahn, um atirador sueco conseguiu atingir os setenta e três anos na qualidade de atleta olímpico, em 1920 nos Jogos Olímpicos de Antuérpia – não esquecer que

Arthur von Pongracz foi atleta até aos setenta e dois anos.

Hoketsu competiu, pela primeira vez, em 1964, na disciplina de salto de obstáculos. Denuncia, sem qualquer prurido, que o segredo do seu êxito reside ou residiu na arte de ser perfeccionista, um rigoroso método de exercícios e na qualidade da sua montada (a última que monta, há bastante tempo, dá pelo nome de Sussurro).

Reconhece não ser um cavaleiro com o peito coberto de medalhas mas orgulha-se de haver sempre montado tentando demonstrar uma dignidade e um desportivismo, na verdade, muito evidentes. Guarda o ano de 1988 com menos satisfação, pois que se viu impedido de montar devido ao seu cavalo ter ficado de quarentena.

Foi um eterno combatente e obteve a sua graduação académica na Universidade de Duke.

Recorda um momento muito grato da sua vida em que alvo de uma das maiores manifestações de apreço da sua vida. Aconteceu em Londres, em 2012, na preparação e treino para os Jogos, num momento em que montava o Sussurro e foi surpreendido por uma multidão de pessoas na arena equestre de Greenwich Park, num fim de tarde de uma quinta-feira. A princípio, ele estranhou aquela ruidosa manifestação, suspeitando até tratar-se de uma atitude de desagrado daquele povo assistente, ele que se encontrava a uma postura de cavaleiro autêntico, corretamente equipado, sereno, ereto na montada. Agradeceu com a devida vénia, ele que havia rumado da Alemanha onde residia para tentar vencer naqueles Jogos sem se importar com a idade que carregava.

É que, desde Tóquio, em 1964, até Londres, em 2012, longos anos em busca de uma glória que tardava e até nem conseguiu nenhuma medalha – respeito para a sua montada que devido à idade denotava problemas, tendinites nas pernas a que o dono não se esquivou e tentou a cura.

E remata assim: “Provavelmente, a maior motivação para mim é sentir que estou melhorando apesar de reconhecer que tenho de parar”.

Para ele, ao longo da sua carreira, os Jogos têm vindo a mudar porque “a participação foi o mais importante”.

Acha que não conseguirá estar presente nos Jogos do Rio, em 2016 porque será impossível encontrar uma montada, à altura. Uma das suas mais preciosas lições é reconhecer que “o adestramento é uma espécie de balet equino onde o cavalo executa movimentos de ginástica sob as ordens do cavaleiro”.



RECOLHA DE SANGUE E REGISTO DE MEDULA ÓSSEA



**BARCELOS SOLIDÁRIO - BENEMÉRITA
ASSOCIAÇÃO DOS DADORES DE
SANGUE DE BARCELOS**

23 / Abril - Alvito S. Pedro, na Junta de Freguesia, das 9,00 às 12,30 horas

7 / Maio - Gilmonde, no Centro Paroquial, das 9,00 às 12,30 horas

20 / Maio - Pereira, no Centro Paroquial, das 9,00 às 12,30 horas



**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DE DADORES DE SANGUE
DE ESPOSENDE**

30 / Abril - Palmeira, na Junta de Freguesia, das 9,00 às 12,30 horas

7 / Maio - Belinho, na Escola Básica, das 9,00 às 12,30 horas

12 / Maio - Esposende, na Escola António Correia de Oliveira,
das 14,30 às 19,00 horas

/Opinião

“Abril” abriu as portas do mundo aos portugueses



Laurentino Regado

Há 49 anos, neste dia 25, o dia surgiu resplandecente de luz, com um Sol incomparável de brilho de Primavera nunca visto. Os militares marcharam até Lisboa, com sede de liberdade derrubaram uma ditadura a cair de podre, que sobrevivia à custa do medo, da perseguição e da tortura, que se alimentava do sangue dos milhares de jovens que eram enviados para uma guerra sem sentido para defender um Império que já só existia na cabeça de um ditador e seus comparsas. Foi este “Abril” que ao fim de, como escreveu José Cardoso Pires, “quarenta e sete anos, dez meses e vinte e quatro dias depois” dissipou as trevas que sob o céu de Portugal nos vergava ao som das grilhetas a arrastar pelo chão, à mordaca que nos sufocava a voz, à tortura imposta àqueles que ousavam lutar pela Liberdade e pela Democracia num país isolado do mundo e da modernidade.

“Abril” abriu as portas do mundo aos portugueses, que deixaram de ter de fugir a “salto” para terras de França e outras na Europa e mesmo cruzar oceanos, correndo todos os riscos de vida inerentes a esta coragem para fugir à fome e à miséria a que um governo sinistro submetia o seu povo. Eramos um país de “viúvas de homens vivos” e de “filhos órfãos de pai”, as mulheres vestiam-se de negro logo no dia em que os maridos se ausentavam à procura de uma vida melhor para poder sustentar a mulher e os filhos, nesse dia calavam-se as grafonolas e os rádios, desaparecia qualquer resquício de alegria naquela casa, naquela família. Ao mesmo tempo essas mulheres guerreiras que se transformaram em mães e pais continham dentro do peito toda o assomo de alegria. O mesmo se diz de mães vestidas de negro da cabeça aos pés quando os seus filhos eram mobilizados para a guerra no ultramar ou fugiam do país a “salto”, sabendo que não mais poderiam voltar, pois seriam presos, para fugirem ao serviço militar e não serem mobilizados para a guerra.

Este “Abril” cheio de luz de Liberdade soltou as amarras que prendiam um povo à miséria e à fome. Um povo que era humilhado e submetido às garras de uma casta de poderosos sem pudor para explorar quem trabalhava de sol a sol pagando uma jorna miserável.

Foi a Liberdade de “Abril” que trouxe a um povo analfabeto, submisso aos detentores do poder, político e económico, o direito a um salário digno, pois acoberto da ditadura cada patrão pagava o que queria e entendia aos seus trabalhadores. Foi “Abril” que nos trouxe um salário mínimo obrigatório para que quem trabalha possa viver com um mínimo de dignidade.

“Abril” abriu as portas aos meninos de “pés descalços” a oportunidade de irem para a escola primária, depois para o Ciclo Preparatório, seguir para o Liceu e a Universidade, antes apenas possível àqueles cujas famílias tinham poder económico. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt



/Opinião

49 anos de 25 de Abril



Manuel Enes Abreu

Celebra-se este ano o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril, daquela que ficou conhecida como sendo a Revolução dos Cravos, e como diz o ditado popular “aquilo que não se recorda depressa se esquece”. Festejar o 25 de Abril, independentemente de a data ser ou não um número redondo, deverá ser sobretudo uma obrigação cívica, mais até do que propriamente uma data histórica.

Porque a cada ano que passa o tempo se encarrega de reduzir o número daqueles que nela participaram, (quantos dos seus heróis já morreram), presto aqui a minha singela homenagem a todos que contribuíram para que no dia 2 de Abril de 1976, fosse promulgada pelo então Presidente da República Portuguesa Francisco Costa Gomes a Primeira Constituição da República Portuguesa.

Fruto ainda de uma fresca Revolução, era toda ela, Constituição, baseada num ideário democrata socialista, daí que ao longo destes 49 anos de democracia, ela fosse alvo de sucessivas revisões, perdendo paulatinamente esse fervor revolucionário, e adaptada como tinha que ser à conjuntura atual, inclusivamente para respeitar as obrigações a que o Estado português está vinculado, consequência dos diversos tratados internacionais a que tem aderido, sendo deles o mais importante a adesão à União Europeia.

A 25 de Abril de 1974, diz então no Preâmbulo da nossa 1ª Constituição Democrática: “O MFA-Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista, libertou Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo e deu início a uma viragem histórica da sociedade portuguesa, restituir aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais”.

A Assembleia Constituinte, continua e afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais solidário.

Ora o que acontece e passados estes 49 anos de democracia, é notório o muito que ainda há para fazer, pois ainda é longo o caminho a percorrer, contudo caberá perguntar - mesmo sabendo que a situação anterior seria difícil de se manter por muito mais tempo... -, não estaremos nós hoje, ainda a pagar uma factura de somente em 74 se ter feito essa Revolução e instaurado a democracia em Portugal, quando praticamente toda a Europa já nela vivia? [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt



/Análise Desportiva

O alívio é o melhor sentimento do mundo. Ou o pior.



Gil Nunes

Jornalista Desportivo

nunes.gil@gmail.com

Twitter/Instagram: @gilmoreiranunes

O Benfica está tão cristalizado nas suas ideias que qualquer mudança brusca representaria um erro. Sim, porque estamos em período de caça ao ponto e mais vale ir para o resto da liga com a geringonça a clamar por óleo por todos os lados do que trocar de viatura e entrar num período de testes que, muito embora a longo-prazo represente desenvolvimento, impõe uma necessária perda de pontos em face da afinação. Por aí estamos conversados.

O dilema do Benfica esbarra num duplo desfecho: se vencer a liga, por muito que Schmidt seja ilibado e ganhe um novo balão de oxigénio, ficará sempre a sensação de que ganhou porque tem uma equipa melhor que os outros e porque também os outros tiveram de fazer ginásticas táticas permanentes para enfrentar saídas inesperadas; se perder é que a “porca torce o rabo”: será de uma incompetência a toda a prova, até porque Schmidt falhou quando a equipa mais precisou do fator técnico: perder de forma clara frente ao FC Porto e não mudar nada frente ao Inter é apenas um exemplo de uma equipa que tem vindo a perder fôlego e a ser presa fácil quando os adversários aumentam o seu nível de exigência.

Depois, a questão da comunicação também parece ser um problema. “Estamos aliviados”, disse Schmidt, a propósito da vitória diante do Estoril, que interrompeu um ciclo negativo de três derrotas e um empate pelo meio. Mas não se está a ver tudo ao contrário? Não serão os adversários que devem de ficar aflitos pelo facto do Benfica ter ganho e não o seu contrário? É que, olhando para a tabela, o Benfica leva quatro pontos de vantagem a cinco jogos do final, naquela que é ainda uma almofada confortável e que pode ser gerida com alguma tranquilidade. To-

dos trocariam para estar na situação do Benfica. Só fica aliviado quem está aflito e, pelo menos para fora, é função de Schmidt assumir a postura calma de quem está a controlar a corrida e não se encontra em sôfrega perseguição de moinhos de vento. Ainda por cima quando depende só de si. De todos os adjetivos que poderia ter escolhido para caracterizar a exibição do Benfica, talvez “aliviado” tenha sido a pior escolha do mundo. Porque admitiu – mesmo de forma involuntária – que existe ansiedade, e a que mesma vai ser empurrada com a barriga para o jogo seguinte. E para o jogo seguinte. E assim até ao final. Exatamente o contrário daquilo que se pretende.

O “síndrome de morrer na praia” efetivamente existe mas o Benfica tem capacidade para contrariá-lo. Contra o Estoril, e sem capacidade para operar mudanças de fundo, sobra ainda assim o elogio para Schmidt, que pelo menos conseguiu mudar alguma coisa e não se deu mal com a opção tomada: João Neves – que joga positivamente sem medo da prudência – levou a equipa para a frente, oferecendo-lhe uma melhor capacidade de construção, passe longo a alimentar os corredores e ainda discernimento na pressão e condicionamento do meio-campo adversário. Depois, a entrada de João Neves permitiu um benefício indireto: o urgente repouso de Florentino, ele que necessita de estar completamente fresco para ser peça determinante nos cinco jogos que faltam. Ficar no banco diante do Estoril foi uma opção certa, lógica e que trouxe uma nova aragem de confiança às segundas linhas de que o Benfica padecia. Uma mensagem invisível.

Há, no entanto, opções que não se entendem. Como a de bater cantos diretamente para a área em busca de João Neves, que tem 1,73 metros. Se à primeira vez é de génio (ia dando golo porque até a defesa do Estoril ficou estupefacta), nas vezes seguintes torna-se altamente criticável. Depois, é ponto assente que Schmidt pouca confiança tem em Gilberto, de tal forma que prefere que seja Aursnes a alimentar o corredor/explorar zonas interiores do ataque. O problema reside, naturalmente, na falta de posicionamento defensivo que o norueguês não tem no seu ADN, algo que ficou patente no jogo frente ao Inter, por exemplo. Se bem que Aursnes nem tenha jogado mal, certo é que Schmidt ainda pode precisar de Gilberto, e tê-lo completamente em baixo de forma (física e psicológica) pode representar uma fatura adicional no futuro próximo da equipa.

Com os pilares da equipa – Grimaldo, João Mário, Rafa e Gonçalo Ramos – a desesperarem por descanso, compete a Schmidt fazer uma gestão apertada e sinuosa. No limite. Com a equipa eliminada da Liga dos Campeões – o Benfica era francamente superior ao Inter – o mais destacado calendário poderá ajudar a recuperar o fôlego necessário para o sprint final. Acontece que há vida para além desta liga. E as questões são pertinentes: será que os ativos do Benfica se desenvolveram como deveriam? Será que a equipa não poderia valer mais? Ou será que os adversários, mesmo tendo menos opções, não se desenvolveram de forma mais assertiva e piscam o olho à nova temporada com a sensação de que o Benfica não estará tão forte? Porque a vida continua.



FICHA TÉCNICA: N SEMANÁRIO ESPOSENDE - BARCELOS
Redação: Av. Eng. Losa Faria, lj 5 - 4740-268 Esposende



Fundadores: José Maria da Silva Ferreira, José Pedro Monteiro Ferreira, Fernando Jorge Monteiro Ferreira Diretor: Fernando Jorge M. Ferreira Sub-diretor: José Pedro M. Ferreira
Proprietário/Editor: JRPW, Avenida da República 868 - 4430-190 Vila Nova de Gaia, inscrita como Empresa Jornalista na ERC com o nº 223993, Registo na ERC nº 1260308
Depósito legal nº 328843/1 Detentores do Capital da Empresa com mais de 20%: José Pedro Monteiro Ferreira e Fernando Jorge Monteiro Ferreira
Colaboradores: André Pinção Lucas, Ilídio Torres (prof.) José Belo, Gil Nunes, Sampaio Azevedo, Laurentino Regado, Lígia Mourão, Joana Medeiros, Beatriz Santos e Pedro Silva

Impressão: JRPW - Vila Nova de Gaia Tiragem nesta edição: 2.000 ex.

CONTATO:
960 397 714

Locais de Venda: Postos de Venda de Jornais em Esposende e Barcelos Assinatura anual: Portugal: 30 euros - Resto da Europa: 70 euros
Estatuto Editorial: www.nsemanario.pt Email: nsemanario@gmail.com



/Opinião

25 de Abril



Albino Almeida

Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais

Naquela manhã de 5.^a feira do mês de Abril de 1974, muitos, como eu próprio, não puderam regressar a suas casas no interior do Concelho, porque os transportes públicos não podiam circular... Tinha havido – ouvia-se nas rádios – um golpe de estado.

Tal como eu também, ninguém conseguia verdadeiramente perceber o que era “aquilo”.

Como escreveu no seu diário o escritor Virgílio Ferreira “por fim lá fui compreendendo” Depois, bem depois, “dos esclarecimentos das notícias das rádios”

Ainda seguindo o mesmo diário, tendo eu, na altura, 13 anos recentemente festejados, tal como escreveu Virgílio Ferreira, “embrulhou-se-me o pensar. Sem saber o que dizer”, nem mesmo quando meu pai chegou, nesse dia mais cedo a casa, em Oliveira do Douro.

Também ele demonstrava sentir “uma emoção violenta. Como era possível? Quase cinquenta anos de fascismo, a vida inteira deformada pelo medo. A Polícia. A Censura. Vai acabar a guerra. Vai acabar a Pide que lhe matara dois conterrâneos e amigos – soube isso nesses dias... Tudo isto era, pois, fantástico. Todos estávamos contidamente contentes, em especial a minha mãe que teve duas alegrias: a guerra ia acabar antes dos filhos chegarem à idade de serem para ela mobilizados, como ela sempre profetizara, especialmente naquelas cerimónias fúnebres dos soldados caídos a que assistíamos em Mafamude. Alguns conhecidos da nossa família, como o Joaquim Costa e o Carlos Alberto.

Referencia aqui para os militares de Abril e para os mortos em combate na guerra colonial.

Ainda na noite de 25 de Abril, a minha mãe (re) viu na televisão o seu conhecido “Chiquinho” (Francisco da Costa Gomes) que ela não via desde que tinha deixado a cidade de Chaves, para onde fora trabalhar, saída no dealbar da juventude do Arco de Baulhe sua terra natal.

49 anos depois, as perguntas são diferentes e têm a ver com o terceiro D de Abril: desenvolver.

– Como desenvolver a Democracia, com a possibilidade da intervenção cívica, tendo como adquiridas liberdades de expressão e associação e autonomia dos territórios?

– Como desenvolver a economia a partir das especificidades do território, muito mais do que copiar outros países, cuja realidade pode servir para nos inspirar muito mais que copiar? Nomeadamente os mais desenvolvidos da Europa democrática em que nos integrámos em 1985?

Convicto daquele que é o importante o papel das Assembleias Municipais – órgão do Poder Local democrático saído da Democracia- em todo o processo de reorganização territorial e de desenvolvimento do País, prevaleço-me deste ensejo para partilhar algumas das mensagens que são também as preocupações dos autarcas que presidem e dos eleitos locais que integram as Assembleias Municipais de norte a sul do país, face ao facto de Portugal continuar a ser um dos estados mais centralistas da Europa.

Isso mesmo independentemente das tentativas de mudar essa chamada “worldview”, especialmente na última década, tal como aconteceu com o governo entre 2011 e 2015 com o programa “Aproximar Portugal” e tal como vem a acontecer desde 2016, com a Descentralização e a maior intencionalidade dada na legislação produzida desde 2018, pelo atual executivo, também com esse objetivo. É nossa convicção que o processo de reorganização e coesão territorial terá, obri-

gatoriamente, de passar por um caminho efetivo de transição para um modelo de governação multinível, o qual se caracteriza por ser mais participativo e descentralizador. A meta da Reforma do Estado, seguindo esse caminho, deverá ter essa intencionalidade que às vezes parece faltar.

A governação multinível constitui um dos atuais maiores desafios da reorganização e coesão territorial, uma vez que terá um forte impacto na vida das populações e dos territórios a que, por isso mesmo, as Assembleias Municipais não poderão deixar de estar associadas, no quadro do processo de descentralização.

Deveremos aprofundar um caminho político que reforce o quadro do “princípio da subsidiariedade, verdadeira instituição europeia que nos levará dos pequenos passos ao futuro comum” e, assim, sermos capazes de definir os objetivos, escolher mais adequados instrumentos de política e dispor dos meios financeiros possíveis para a implementação desse processo.

Aliás o sucesso da descentralização passa pelo envolvimento dos municípios, não só na sua vertente executiva, como tem vindo a acontecer, mas também na sua vertente deliberativa, o que implica mais capacitação para as Assembleias Municipais. Temos insistentemente alertado o governo para tal, empenhados na afirmação das mesmas assembleias para o reforço do seu papel decisivo no quadro do reforço e aprofundamento da Democracia e do Poder Local, o aparecimento de novas redes de contacto, comunicação e debate entre os Eleitos Locais.

[...]

A governação multinível não pode ser dissociada da política regional, sendo este um dos maiores desafios da democracia atual, pois estando a suceder-se uma delegação de competências políticas do nível nacional para o nível municipal e regional e nunca se poderá dissociar daquela que é a importância inegável das assembleias municipais do processo de reorganização e coesão territorial, como já se verificou com a eleição dos dirigentes que vão levar à instituição das CCDDR como autarquia de dimensão regional, na senda do que defendeu o Professor Jorge Miranda no seu artigo de julho do ano de 2022, Regionalizar para descentralizar, ao elucidar que “têm estado a funcionar as comissões de coordenação regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. São áreas de mera desconcentração administrativa. Perguntando porque não transformá-las em “áreas de descentralização, com as alterações que forem julgadas convenientes?”

Cabendo ao governo a inequívoca liderança deste processo, até à já referida última década sempre procrastinado, deverão ser tidos em conta os seguintes princípios, para o processo possa ser coroado de êxito.

1 – Princípio da Confiança:

Numa comunidade precisa existir alguém, neste caso o governo, que lidera inequivocamente o processo e o seu movimento. Para além disso, cabe ao mesmo governo motivar, desafiar e capacitar. Além de transmitir duplamente poder e inspiração. E, mais importante ainda, coerência, entre aquilo que se anuncia, programa e faz.

2 – Princípio da Colaboração:

Toda a comunidade que trabalha as aprendizagens políticas e sociais e, com estas, pretende atingir elevados resultados coletivos precisa unir forças e potenciar talentos, como bem sabem os Presidentes de Câmara, no trabalho diário com as suas equipas. Nestas equipas incluo, obviamente, os Presidentes de Junta de Freguesia quer pelo saber permanente que resulta das relações de proximidade, quer especialmente pelo cuidar permanente das necessidades dos habitantes dos seus territórios.

3 – Princípio da Inovação, da Partilha e da Avaliação das Políticas públicas pela medição do impacto na melhoria da vida das comunidades.

Uma comunidade precisa de símbolos, expressões e elementos exclusivos. Quanto mais criativos forem, mais as pessoas sentem vontade de aderir. Os líderes políticos, com os trabalhadores autárquicos começam os movimentos da governação e, naturalmente, as comunidades seguem essas políticas de forma plural e estendem-nas a onde são precisas de forma cuidada. Como escreveu outro militar de Abril – Ramalho Eanes – “Abril ofereceu as liberdades, mas esqueceu-se de criar cidadãos”, precisamos cada vez mais de manter oportunidades ou instituições, como os concelhos municipais de juventude, ainda em falta em vários concelhos do país, onde se exerça a cidadania ativa. [...]

Leia o artigo completo em
www.nsemanario.pt